

XVIII Simpósio Nacional de História
Recife – julho 1995

LIMITES DA UTOPIA

Autonomia e intervenção na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930

Carlos Eduardo Sarmento

As eleições de outubro de 1934 representariam uma manifestação evidente da eficácia da proposta de reorganização política do Distrito Federal embutida nas bases de estruturação do pacto autonomista. Com a consolidação do partido como eixo de convergência das diferentes forças em atuação no campo político carioca, os candidatos da legenda obteriam resultados inquestionáveis no pleito para a composição dos corpos legislativos federal e municipal. A bancada carioca na Câmara dos Deputados seria composta por seis deputados do Partido Autonomista, enquanto que a frente única das oposições elegeria os outros quatro representantes da capital republicana. Os resultados obtidos na esfera municipal seriam ainda mais consagradores. De um total de vinte e quatro cadeiras a serem ocupadas na primeira legislatura da Câmara Municipal do Distrito Federal, nada menos que vinte vereadores seriam eleitos dentre os autonomistas. Se em uma primeira perspectiva analítica estes resultados poderiam representar a definitiva coesão das forças políticas cariocas em torno da liderança de Pedro Ernesto e de seu partido, uma observação mais atenta das injunções e dos impasses inerentes à dinâmica do campo

político carioca do período revela indícios do progressivo desgaste dos liames relacionais e das bases sustentatórias do Partido Autonomista, evidenciando a fragilidade de sua estruturação. O aprofundamento de questões programáticas, demarcando a caracterização ideológica mais precisa do direcionamento intentado pelo prefeito, e o agravamento das disputas clientelísticas contribuiriam significativamente para o esgarçamento interno do pacto de coesão presente na proposta autonomista, conduzindo a uma fase de desequilíbrio e fragmentação do conjunto heterogêneo de lideranças políticas que gravitavam em torno do eixo do partido. Através da trajetória da Câmara Municipal do Distrito Federal no período 1935-1937 intentaremos perceber o processo de desagregação do Partido Autonomista e, conseqüentemente, da base de apoio político do governo Pedro Ernesto. Tal escolha se justifica pela caracterização desta casa legislativa como principal fórum de debates e negociações no nível municipal, a própria consubstanciação da proposta autonomista, que demandava um maior espaço de atuação para as forças políticas cariocas. Com este alargamento do campo, a Câmara explicitaria as diferentes forças que se faziam representar no nível local, trazendo para o proscênio as vozes, até então silenciadas, da cidade. Ao acompanharmos a atuação do Legislativo Municipal, priorizaremos a compreensão da dinâmica interna ao campo político da cidade, buscando evidenciar os fatores que propiciaram a desarticulação do projeto autonomista.

Após a eleição da representação municipal, a Câmara Municipal do Distrito Federal foi instalada oficialmente em sessão solene no dia 06 de abril de 1935. Devido à renúncia de Pedro Ernesto Batista e de Jones Rocha, que haviam obtido o mandato de vereador pelo voto direto mas concorreriam aos cargos de prefeito e senador através do pleito indireto, dois suplentes do Partido Autonomista foram convocados (Ruy Almeida e Jayme César Leite) compondo assim o quadro de vinte e quatro vereadores, que se

complementaria com quatro representantes classistas, formando assim a primeira legislatura da Câmara.¹ A primeira tarefa da recém-empossada Câmara seria promover a eleição indireta do prefeito do Rio de Janeiro e dos representantes cariocas no Senado, conforme estava previsto nas disposições transitórias da nova carta constitucional, tarefa esta que não reservaria nenhum problema a partir da consolidação da maioria absoluta da bancada por parte do Partido Autonomista. Assim, nada mais caberia à bancada autonomista que sufragar os nomes indicados pela direção do partido, sendo uma unanimidade a indicação de Pedro Ernesto como candidato ao cargo de primeiro prefeito constitucionalmente eleito da cidade do Rio de Janeiro. Em torno do nome do antigo interventor havia se consolidado a estruturação do partido, principalmente devido à possibilidade de manutenção das redes de patronagem/clientela por parte dos chefes políticos locais, sistema este respeitado na definição das forças que compunham o partido. Além deste fator inerente às questões estritamente relacionadas à estruturação política do Partido Autonomista, pesava favoravelmente o enorme carisma de Pedro Ernesto e sua penetração maciça nas camadas populares, elevadas à participação política pelo alargamento do contingente eleitoral do Distrito Federal e pela ampliação das redes de bens e serviços públicos, e também o bom relacionamento mantido entre o prefeito carioca e o chefe do Executivo Federal, Getúlio Vargas. Se a bandeira autonomista saísse vitoriosa dos debates da Constituinte e conseguisse articular um pacto político entre as principais lideranças da Capital Federal, isto era em grande parte tributável ao papel de articulador do projeto autonomista que Pedro Ernesto desempenhara. Sua indicação para ocupar a prefeitura era não apenas um reconhecimento pela sua atuação a partir de 1931 no Executivo Municipal do Rio de Janeiro como também

¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. O Parlamento Estadual do Rio de Janeiro: da Proclamação à Fusão. Rio de Janeiro, ALERJ, 1992. pp.76-77.

a garantia de que o pacto autonomista continuaria sendo conduzido, sem o prejuízo de nenhum grupo em particular.

A indicação pela convenção do partido dos nomes de Cesário de Mello e Jones Rocha para as vagas no Senado Federal não encontraria inteiro respaldo entre os quadros autonomistas, evidenciando a multiplicidade de correntes e interesses que constituíam então as bases partidárias. Cesário de Melo, antigo intendente e prestigioso chefe político da região de Campo Grande e Santa Cruz, onde controlava mais de 80% do total de eleitores, era uma indicação que estava acertada desde o seu ingresso no Partido Autonomista. Cesário garantiria o apoio de sua rede de clientela aos candidatos do partido, consolidando a penetração deste na região do “triângulo”, sendo em contrapartida apontado para o posto de senador. Porém, seu nome era visto por alguns setores do partido, principalmente pelos “renovadores tenentistas” (como Augusto Amaral Peixoto, Átila Soares e Frederico Trotta), como o sinônimo mais perfeito da antiga política “carcomida”, impregnada pelos vícios oligárquicos da Velha República que o partido se propusera combater. O nome de Jones Rocha encontrava ainda mais restrições entre os membros do partido. Político que iniciara-se na carreira como lugar-tenente de Pedro Ernesto, Rocha demonstrou ser um elemento bastante articulado e soube corresponder às expectativas nele depositadas por seu mentor político. Porém, sua rápida ascensão garantida pelo apoio do interventor, provocava uma crescente antipatia por parte de setores tradicionais da vida política carioca que o identificavam como um astucioso e ganancioso arrivista, despreparado para qualquer cargo de responsabilidade e com uma moral bastante questionável. Outro fator que agravava ainda mais as resistências à sua imagem pública era a sua penetração nos meios operários, já que fora a sua candidatura à Assembléia Nacional um primeiro ensaio de aproximação com as lideranças trabalhistas por parte de Pedro Ernesto, fazendo com que fosse ainda

associado a uma imagem de agitador das massas e de representante de idéias "bolcheviques" e "sovietizantes".² A indicação dos nomes do partido para a senatoria representou um esforço de articulação entre as chefias políticas cariocas conduzido por Pedro Ernesto. Porém, as nítidas restrições a estes nomes evidenciavam sintomas do estado de progressiva desestruturação do projeto de coesão do campo político carioca intentado pelo interventor.

O partido, porém, fechou questão em torno das três indicações e partiu para a consagração de Pedro Ernesto em verdadeiro clima de festa. A Mesa Diretora da Câmara Municipal passou a ser presidida pelo cônego Olympio de Melo, líder popular de Bangu e político que gozava do apoio e da confiança de Pedro Ernesto, e que tinha um importante papel simbólico na composição das forças autonomistas, por ser um elo de aproximação com o movimento católico que inicialmente mantinha reservas com relação ao Partido Autonomista. O padre Olympio assumiria claramente este papel em seu discurso de posse na presidência do corpo legislativo municipal:

*A alta distinção que me foi conferida se reflete mais vivamente sobre a Igreja Catholica, de que sou sacerdote, do que sobre mim mesmo que não aspirava tão elevado destaque no cenário político-social do paíz.*³

A eleição realizada minutos depois da posse da mesa diretora da casa traria embutido no resultado final, há muito já previsto, uma certa dose de surpresa, na medida em que alguns vereadores do partido se recusaram a sufragar o nome de Jones Rocha para a vaga no Senado. Devido ao caráter secreto dos votos não se conseguiu verificar quais

² Conforme consta dos depoimentos orais de Augusto Amaral Peixoto e Átila Soares depositados no setor de História Oral CPDOC/FGV.

³ Annaes da Câmara Municipal do Districto Federal. Volume abril 1935. p.8.

teriam sido os cinco vereadores autonomistas que negaram-se a apontar o "leader autonomista" na Assembléia Constituinte como representante das forças políticas cariocas no Senado. Apenas Átila Soares, militar católico, presidente do diretório autonomista da Lagoa, declararia publicamente seu voto, demonstrando uma aberta oposição às diretrizes do partido. Através de ofício, fez com que se publicasse nos Anais da Câmara sua declaração de voto, onde apesar de não se referir ao nome de Rocha, faz claras ressalvas ao direcionamento político de seu partido:

Declaro que votei no Dr. Pedro Ernesto. A declaração não implica, em absoluto, sombra de incondicionalismo com o chefe do partido que me elegeu, a cuja administração como interventor faço várias restrições. Duas razões, todavia, justificam meu proceder: o compromisso unânime assumido pelo Partido Autonomista em convenção solemne, em a qual ficou deliberado suffragar-se seu nome para aquele cargo; e a obra concreta que S. Ex., a despeito das falhas administrativas que praticou soube legar à nossa bella capital - a criação de novas escolas e hospitais. Declaro que votei em Cesário de Melo, sobre ter sido o nome de S. Ex. apontado unanimemente, em convenção partidária, para esta alta investidura, força é reconhecer, no político e no cidadão, attributos de lealdade e de coração, que o habilitam ao suffragio consciente de seus correligionários. Declaro, finalmente, que votei no Conde Pereira Carneiro. S. Ex. é de todos conhecido e por todos admirado e, gozando de excepcional prestígio na sociedade carioca, tornou-se no Partido Autonomista, expoente de inconfundível valor. ⁴

Quando, na tarde de 8 de abril de 1935 Pedro Ernesto finalmente viria a assumir o cargo de prefeito eleito do Distrito Federal, apesar de um contínuo ambiente festivo, era indelével a marca de que algumas rupturas se faziam sentir na estrutura partidária que lhe dava sustentação. Se era aquele o momento máximo da campanha autonomista, revelar-se-ia também como o início de um sistemático e crescente processo de oposição aberta por parte de alguns membros do partido à direção de Pedro Ernesto e à própria articulação de

forças políticas que o partido representava. A instalação da Câmara abria espaço para a livre manifestação dos grupos que compunham a grande frente autonomista, sendo portanto o *locus* de evidenciação das contradições inerentes ao partido. Tendo assumido então a tarefa de legislar sobre o Distrito Federal autônomo, a Câmara daria condições para a apresentação de divergências de projetos e práticas políticas, tornando-se portanto a caixa de ressonância das oposições internas ao Partido Autonomista e ao governo Pedro Ernesto.

Ao se expressarem, as vozes da cidade manifestavam abertamente que as tensões internas da articulação do partido já suplantavam o esforço agregador embutido na ação do chefe do Executivo Municipal. A coesão autonomista rumava à cisão, abalada por crises de caráter clientelístico e por discussões programáticas e ideológicas. Apesar da bancada do Partido Democrático-Economista ser bastante reduzida, era ela também muito contundente em suas críticas ao governo municipal, o que vinha catalisar o processo de divergências internas no interior do Partido Autonomista. Se na sacada do edifício da Câmara Pedro Ernesto proferiu um vigoroso discurso de posse reafirmando as diretrizes de sua "utopia renovadora", no interior do mesmo prédio começavam a se evidenciar as fissuras nos pilares de sustentação política de seu governo, indicando assim o frágil equilíbrio da construção política autonomista e também os nítidos limites desta "utopia". Podemos perceber duas ordens de oposições ao partido e ao governo municipal, uma de claro perfil clientelista e outra de contornos ideológicos. Em termos gerais a cisão clientelística deve ser entendida como um crescente processo de tensionamento promovido pela forçada convivência de grupos constitutivamente opostos no interior da mesma estrutura partidária, disputando os mesmos espaços de poder e lutando por maiores possibilidades de acesso aos cargos e serviços públicos, entendidos como a forte moeda de

⁴ Annaes da Câmara Municipal do Districto Federal. Volume abril 1935. p.34.

troca nas relações de patronagem. Por outro lado uma gradativa definição ideológica na condução do partido levaria a um questionamento não mais no nível de políticas de grupos e clientelas, mas a um verdadeiro debate sobre a base programática sobre a qual deveria se fundar os alicerces do partido. Esta, inicialmente tênue, oposição ideológica iria se agravar ao longo do ano de 1935 devido ao perfil político almejado pelo prefeito para sua administração, provocando um esgarçamento nas relações de alguns setores do partido com Pedro Ernesto, minando assim sua posição de liderança frente ao Partido. Sobre estes dois vetores matriciais do discurso oposicionista situaremos nossa análise, buscando observar as formas assumidas pelo processo de oposição interna e externa ao Partido Autonomista.

Um primeiro nível de oposição ao governo Pedro Ernesto foi exercido pelos políticos oposicionistas tendo como principal alvo a montagem da rede hospitalar e educacional do município. Cientes de que o Partido Autonomista conseguia realizar a arregimentação e a coesão das chefias políticas cariocas se pautando em uma possibilidade de uma ampla oferta de bens e serviços públicos, os líderes oposicionistas, destacando-se aí Henrique Dodsworth e Adolfo Bergamini, iniciaram uma campanha de denúncias à "política de favorecimento" adotada pelo então interventor. De acordo com os discursos oposicionistas, os grandes projetos de reorganização das redes de escolas públicas e de hospitais ocultavam na verdade um imenso "cabide de empregos". Assim, nada era justificável no projeto de governo do interventor carioca. As escolas não objetivavam facilitar o acesso das camadas populares à educação, mas sim mascarar a contratação de centenas de pessoas atreladas às redes de clientela que sustentavam a estrutura partidária autonomista. Da mesma forma, a construção de prédios hospitalares e a inauguração destes novos postos de saúde, possibilitariam o pretexto necessário para que muitos nomes fossem admitidos nos quadros municipais. Esta extrapolação da percepção crítica a respeito da base

clientelista do partido foi o principal argumento dos ataques dos políticos do Partido Democrático-Economista ao longo do ano de 1934.⁵ Se observarmos que estas críticas originavam-se de elementos oposicionistas, externos às estruturas do partido, podemos perceber um indício de que sendo estes novos cargos efetivamente objeto de disputa entre os principais chefes e lideranças políticas associadas ao Partido Autonomista, a sua oferta deveria ser realmente ampla, uma vez que até então não haviam suscitado fortes cisões internas. Visto sob um outro prisma, se as referidas “máquinas políticas” eram intencionalmente utilizadas como instrumento de distribuição do capital político, este era inequivocamente amplo, de maneira que não provocava claras insatisfações entre as forças concorrenciais que então gravitavam em torno do eixo básico do partido visando auferir uma parcela deste capital. A possibilidade de barganhar um número realmente grande de cargos com os políticos de seu partido foi o fator que propiciou a Pedro Ernesto a manutenção de um certo equilíbrio dentro das fileiras autonomistas. As críticas oposicionistas dão a justa noção do ambiente que circundava a administração municipal, onde o interventor tinha clareza de que o apoio a seu governo e a seu projeto político estaria na dependência direta do atendimento das demandas básicas de caráter clientelístico oriundas das diferentes lideranças agregadas ao partido. Dentro deste raciocínio perde-se um pouco o referencial da política social de Pedro Ernesto, que no entendimento de seus opositores nada mais seria do que o pretexto para a abertura de novas ofertas de empregos públicos, capazes de saciar o apetite voraz do empreguismo clientelista. Podemos perceber a tensão sobre a qual se situava o prefeito carioca, procurando conduzir por um lado uma política social pautada em um rigoroso programa sócio-político e tendo que atender por outro lado às demandas clientelísticas dos grupos que o apoiavam. Odilon Baptista, filho do

⁵ Anais da Câmara dos Deputados - ano 1934 - V.1 - p.39.

prefeito, que vivenciou todos os impasses da carreira política de seu pai, guardaria deste período a nítida impressão de que Pedro Ernesto lutava para se equilibrar entre seu projeto social e as reivindicações dos diferentes grupos que apoiavam-no.

Meu pai deu um apoio muito grande às decisões de Anísio (Teixeira), mas foi muito combatido por esse grupo de políticos que queriam transformar a secretaria, uma secretaria que dá muito emprego, num foco de política. Enquanto papai ficou na prefeitura resistiu a isto. ⁶

A condução da política social intentada pelo prefeito carioca esbarrava em um impasse inerente à montagem do partido autonomista, na medida em que as próprias estruturas de sustentação de seu projeto acabavam por interferir em sua plena execução. Pedro Ernesto tinha então de procurar conciliar as necessidades próprias à montagem de uma rede escolar e hospitalar com as demandas clientelísticas que podiam interferir negativamente na otimização da estrutura assistencialista e educacional planejada. Se este aspecto era tão gritante na composição dos quadros da instrução e da saúde públicas, ainda era mais grave na composição da Guarda Municipal, projeto do interventor carioca que foi o alvo privilegiado das mais ásperas críticas.

A Guarda Municipal se constituiu enquanto um projeto relacionado ao processo de autonomia do Distrito Federal, na medida em que possibilitaria a ruptura com mais uma forma de interferência do poder federal sobre as questões internas à vida da cidade. Como ressaltamos anteriormente no primeiro capítulo, o posto de chefe de polícia do Distrito Federal estava submetido diretamente ao Executivo Federal, sendo assim mais uma forma de controle federal sobre o espaço da Capital da República. Durante o governo Vargas a chefia da polícia foi ocupada inicialmente por Baptista Luzardo, chefe político riograndense

e posteriormente pelo líder tenentista João Alberto, período no qual viria a participar da elaboração do programa inicial do Partido Autonomista e de sua fundação. Com a campanha pela Constituinte lançada oficialmente, João Alberto retornou à Pernambuco para organizar as forças políticas da região com vistas ao pleito para a Assembléia Nacional.⁷ O substituto de João Alberto seria Filinto Müller que assumiria o cargo em 1933 e teria uma atuação marcante à frente das forças policiais na capital. Müller, que fora diretor do D.O.P.S., demonstrava uma clara incompatibilidade com os movimentos operários e as lideranças políticas situadas mais à esquerda no espectro político. Sua marca registrada era a truculência com que combatia as organizações classistas, tendo se notabilizado pela violência excessiva utilizada contra grevistas e comícios operários. A partir de agosto de 1934 Müller tornaria mais sistemáticas suas investidas contra sedes de sindicatos, provocando então a reação do prefeito Pedro Ernesto, que estava em processo de aproximação com tais setores políticos.⁸ A tensão entre o prefeito e o chefe de polícia era também uma das facetas das questões ideológicas que estavam abalando as relações entre algumas lideranças tenentistas. Pedro Ernesto, optando por uma aproximação com as camadas populares e com as lideranças operárias dentro de seu projeto democrático, contrapunha-se a uma tendência que ganhava corpo entre os antigos revolucionários e membros do governo Vargas que viam na centralização e na adoção de um perfil autoritário de Estado as únicas formas de empreender a condução da política brasileira. Assim, a disputa entre Pedro Ernesto e Filinto Müller não se restringia ao espaço do Distrito Federal, mas batia-se em torno da discussão de projetos distintos para o país. Como forma de se

⁶ Depoimento Odilon Baptista depositado no Setor de História Oral CPDOC/FGV

⁷ BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves (org.) Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro, CPDOC-FINEP-Forense Universitária, 1984.

⁸ CONNIFF, Michael L. Urban Politics in Brazil. The rise of populism: 1925-1945. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1981. pp.138-140.

libertar do poder de Müller e de sua intervenção em zonas políticas onde intentava fazer penetrar as estruturas do Partido Autonomista, e como tentativa de reafirmar os princípios autonomistas da Capital da República, Pedro Ernesto encaminhou então o projeto de criação de uma Guarda Municipal que seria alheia ao controle federal e responderia diretamente ao chefe do Executivo Municipal. O projeto inicial previa a criação de um corpo de 1.900 homens à serviço da prefeitura, tendo neste total computado os cerca de 400 guardas noturnos contratados por particulares e que patrulhavam alguns bairros e prédios comerciais.⁹

Em torno da Guarda Municipal iniciou-se então uma discussão entre segmentos da vida política. Para os aliados de Pedro Ernesto no Partido Autonomista este corpo policial representava um verdadeiro manancial de cargos públicos, disponíveis para a negociação dentro do sistema tradicional de patronagem. Para opositores, como Adolfo Bergamini, a crítica à proposta de criação da Guarda se pautaria por este mesmo aspecto: nada mais seria que uma nova frente de contratação de "apadrinhados" políticos que não se encaixassem nas redes de assistência e educação municipais.¹⁰ Porém, para alguns setores a criação da guarda representava um risco para a ordem interna do Brasil. Em um discurso memorável na Câmara dos Deputados o presidente do sindicato dos proprietários de imóveis do Rio de Janeiro e representante das profissões liberais na Câmara Federal, Thiers Perissé, afirmaria que o pretexto do prefeito carioca de criar este corpo armado por ser vítima de "perseguições políticas" não se justificava. A nova organização policial teria fins claramente políticos visto que a cidade do Rio de Janeiro seria "uma cidade pacata, onde não existem ladrões". Concluindo afirmaria que além de ser um "cabide-de-empregos" a

⁹ Decreto Municipal 4.790 de 22/05/1934, conforme consta do texto integral publicado no Jornal do Brasil de 17/06/1934 - pp.6-9.

¹⁰ Anais da Câmara dos Deputados. Ano 1934 - V.2. p.3.

Guarda Municipal poderia ser usada como milícia particular pelo governador da cidade, conclamando uma intervenção federal para resolver esta questão, afirmando que "a guarda municipal será um perigo para o governo federal".¹¹

Tangenciando a discussão acerca dos problemas relativos à criação de um corpo policial municipal, encontramos explicitada a tensão inerente ao campo político carioca, estabelecida pela indefinição do debate entre perspectivas autonomistas e interventivas. Mesmo com a configuração formal e institucional no texto constitucional de 1934 de uma efetiva autonomia política e administrativa para a capital do país, alguns mecanismos ainda consubstanciavam a ingerência federal, como era o caso da chefia da polícia do Distrito Federal. Para se assegurar uma maior amplitude do exercício autônomo do poder, era importante que tais resquícios interventivos fossem eliminados, ou mesmo minorados em sua importância. Pedro Ernesto percebia, no entanto, que para o governo federal era ainda uma questão preponderante o controle sobre as formas de manifestação política das massas urbanas, principalmente no espaço da principal cidade brasileira. Correspondendo a esta necessidade de “pacificação” da vida política carioca, a ação do chefe de polícia assumia um caráter estratégico, na medida em que se viabilizava um monitoramento das organizações trabalhistas, dos centros de mobilização política e dos canais formais e informais de manifestação. Era bastante intrincado, para o interventor, uma aproximação mais estreita com as massas e com as lideranças do movimento operário na medida em que sobre este campo incidia o controle da polícia, principalmente no período drástico da chefia de Filinto Müller. A proposta de criação de uma Guarda Municipal justificava-se pela necessidade de criação de um corpo policial autônomo, mas deparava com a associação estabelecida entre esta força pública e uma milícia formada para a defesa dos interesses

¹¹ Anais da Câmara dos Deputados. Ano 1934 - V.1. p.252.

específicos dos sindicatos e lideranças trabalhistas e esquerdistas, que funcionasse como um anteparo à instância de controle assumida pelo governo federal.¹² As críticas que se erguiam contra a montagem da Guarda Municipal atingiam portanto dois flancos distintos. Inicialmente havia a interpretação que a associava com mais um dos empreendimentos públicos que visavam exclusivamente a ampliação da oferta de empregos nos quadros da prefeitura, atendendo assim às demandas básicas das redes de clientela que serviam de base para a estrutura do Partido Autonomista. Por outro lado, explicitava-se o risco potencial que tal milícia poderia vir a representar, na medida em que, sobrepondo uma atribuição assumida pelos poderes federais, respaldava as atividades “subversivas” na cidade do Rio de Janeiro.

No discurso de Thiers Perissé tais fatores são conjugados magistralmente, evidenciando os dois vetores de crítica à proposta do interventor, e direcionando seus apelos rumo a uma ação “saneadora” do governo federal sobre esta questão. Podemos então perceber como a oposição à administração Pedro Ernesto começava a se organizar em torno de um dos eixos balizadores da própria estruturação do campo político carioca: a intervenção federal. Embora a autonomia representasse, a princípio, um anseio comumente comungado pelos diferentes setores em atuação no campo político da cidade, à medida que a conquista desta autonomia representava também uma nova perspectiva de organização interna deste campo (como o projeto do Partido Autonomista conduzido por Pedro Ernesto evidentemente implicava), ela passaria a ser alvo das críticas dos segmentos marginalizados no processo de montagem e consolidação deste novo eixo hegemônico. Recorria-se portanto à intervenção federal como forma de se buscar uma recomposição na estrutura hierárquica das forças políticas em atuação no campo. Aquelas que circunstancialmente não

¹² CONNIFF, Michael. *Op. Cit.* p.140.

tivessem estabelecido liames de coesão com o eixo central que o Partido Autonomista então representava, passavam a recorrer à defesa do antigo estatuto interventivo como possibilidade de reordenação do campo, através da qual pudessem negociar melhores posições no interior deste. Apresentava-se assim, de maneira tênue, a distinção entre autonomia e intervenção, com alguns grupos transitando entre os pólos extremos deste debate. Mesmo entre os integrantes do Partido Autonomista em alguns momentos a perspectiva interventiva passaria a ser considerada como forma de se garantir a sobrevivência política de alguns grupos que então se considerassem em desvantagem na estruturação da hierarquia interna de forças, conforme analisaremos mais adiante.

Devemos, no entanto, destacar que para além de uma questão que tivesse repercutido apenas entre as lideranças políticas cariocas, a criação da Guarda Municipal viria a suscitar a oposição da opinião pública da cidade. A caracterização deste corpo policial como um mero “cabide de empregos” e sua associação com alguns dos referenciais básicos do temor da radicalização esquerdista levariam a uma reação de desconfiança por parte da população em relação ao prefeito, fazendo com que o projeto fosse sendo conduzido de maneira mais lenta e cuidadosa por parte do Executivo Municipal.¹³ Compreendemos esta questão como um dos primeiros momentos em que as ações de Pedro Ernesto contaram com mais oposição do que apoio entre a população da cidade. Um sinal evidente que seu carisma não era assim tão absoluto e que a justificativa autonomista não conseguiria dar conta de um espectro ilimitado de ações.

Se a questão da Guarda Municipal repercutiu desfavoravelmente entre a população carioca, entre os aliados políticos ela não chegaria a configurar-se como um vetor em torno da qual se suscitassem acalorados debates, provavelmente porque a criação

da Guarda significava a criação também de novas vagas no funcionalismo público, importantes na negociação político-eleitoral. Os sinais das disputas clientelísticas no interior do Partido Autonomista no entanto não tardariam a se evidenciar. Enquanto as críticas partiam de setores externos à estrutura partidária não se poderia caracterizar tal fator como indício do esgarçamento dos liames que promoviam a coesão dos diferentes grupos dentro do partido, porém quando segmentos pertencentes à estrutura organizacional se manifestavam contrários a algumas decisões da direção do partido ou do Executivo Municipal, a crítica ganha um aspecto diferente, por revelar algumas das tensões internas que começavam a se tornar cada vez mais explícitas. Uma vez que intentamos rastrear o processo de gradativa fragmentação da base de apoio do partido, podemos tomar como um exemplo claro de como tais problemas se evidenciavam a querela envolvendo os contratos com os abatedouros de gado bovino. Como já havíamos apresentado no primeiro capítulo, o abastecimento de carnes verdes para a cidade, principalmente daquela oriunda do matadouro de Santa Cruz, eram basicamente controlado pela ação do chefe político Cesário de Melo. O antigo político do triângulo não apenas detinha o monopólio para o abastecimento de carnes na região, através dos chamados açougues de emergência, como também regulava a atividade dos abatedouros, indicando pessoas de sua confiança e elementos de suas redes de clientela política para seus quadros funcionais. O poder político de Cesário de Melo estava diretamente relacionado à sua capacidade de interferir no sistema de abastecimento de carnes verdes, como também na ampla oferta de cargos e empregos que ele tinha à sua disposição e controlava. A aproximação entre o Partido Autonomista e o velho "rei do triângulo" se deveu aos pactos estabelecidos durante o processo de consolidação da estrutura autonomista no Distrito Federal, onde Pedro Ernesto

¹³ Conforme consta do depoimento oral de Átila Soares depositado no Setor de História Oral CPDOC/FGV.

comprometia-se a respaldar a tradicional estrutura política de patronagem de Cesário de Melo, mantendo assim o seu monopólio informal sobre o abastecimento de carnes e consolidando sua liderança na região rural do Distrito. A importância do velho “chefe do triângulo” na montagem das bases de apoio autonomistas pode ser medida por sua indicação para o Senado, acordada quando de sua filiação ao partido, revelando o peso que as redes de clientela estabelecidas na zona oeste carioca representavam na composição do eleitorado do Distrito Federal.

No início do ano de 1935, influenciado por alguns grupos políticos que desejavam romper com o monopólio de Cesário de Melo e tirar proveito também dos contratos de açougues de emergência, Pedro Ernesto anularia os contratos destes açougues, submetendo-os a uma análise pela seção de justiça da prefeitura. Sentindo-se desprestigiado na estruturação das forças internas do partido e vendo ser colocada em risco a base de seu poder na região, Cesário de Melo ameaçaria se afastar do Partido Autonomista, retirando seu apoio ao prefeito e ao partido. A negociação com Pedro Ernesto foi então estabelecida e o prefeito logo percebeu que a atitude que tomara, ao ferir interesses clientelísticos arraigados, acabaria por trazer resultados desastrosos para a estrutura de seu partido, anulando então os decretos que previam o rompimento dos contratos.¹⁴ O rescaldo desta sucessão de mandos e desmandos por parte do prefeito seria a clara percepção de que as chefias políticas, embora estivessem reunidas sob a legenda autonomista, não aceitariam passivamente a interferência em suas estruturas privadas de poder e na composição de suas redes de clientela. Ferir o interesse clientelístico de alguns grupos seria pôr em risco por um lado o próprio poder destes grupos e por outro a base de apoio, estabelecida a partir destes grupos, para a ação do Partido Autonomista e do prefeito Pedro Ernesto. Apesar da questão

em torno dos açougues ter sido contornada sem que Cesário de Melo tivesse qualquer de seus interesses prejudicados, a relação entre este e o prefeito ficaria profundamente comprometida, marcada pela eterna desconfiança de que o prefeito não respeitava antigos privilégios e compromissos clientelísticos, como Cesário de Melo declararia à imprensa:

*Sou amigo do Dr. Pedro Ernesto, mas acho que ele se deixa muito impressionar pelos grupos. Essa política de grupos é infrutífera. Não dá nenhum resultado satisfatório.*¹⁵

A política de grupos porém estava se configurando como a principal característica do Partido Autonomista, lidando com várias chefias e lideranças, evidenciando que interesses conflitantes e disputas pelo mesmo espaço acabariam por fazer balançar a construção do equilíbrio político autonomista. Como procuramos salientar em outros capítulos deste trabalho, Pedro Ernesto teria estabelecido que uma das formas mais eficazes de arrecadar fundos para financiar a execução do projeto educacional e de assistência pública seria a liberação e a taxação do jogo no Distrito Federal. Embora a Constituição e o código penal brasileiros considerassem os jogos de azar como ilegais, o então interventor conseguiu a anuência do Presidente Getúlio Vargas para um decreto que autorizasse o jogo no Distrito Federal.¹⁶ Com base na legalização, Pedro Ernesto permitiu que se instalassem na cidade diversas casas de jogo e bancas de aposta no popular jogo-do-bicho, sendo que uma comissão passou a ser responsável pela cobrança de taxas sobre as atividades relacionadas com o jogo. Inicialmente tal atitude foi recebida pela população em geral com um misto de desaprovação minorada por um crédito devotado ao projeto

¹⁴ Anaes da Câmara Municipal do Distrito Federal. Volume maio 1935. p.304.

¹⁵ Correio da Manhã, 07/07/1935.

¹⁶ Conforme vemos no parecer do Ministro da Justiça Vicente Rao in Anais do Senado Federal. Ano 1935. Vol. 5. p.273.

social do prefeito, justificativa apresentada para a legalização do jogo no Rio de Janeiro. Os políticos de oposição ao governo Pedro Ernesto não poupariam a crítica mais exacerbada:

*Por todos os recantos (da cidade) alastrava-se o império da batota, quem passasse pelas ruas de mais intenso bulício, à luz do dia, ouviria o tilintar de moedas e fichas nos sobrados das tavolagens. Rebentavam de gente nova os quadros de funcionários, porque à mesa do festim havia lugares para todos, desde o galopim eleitoral da Velha República, candidato a fatacaz do bolo orçamentário, até o humilde lambisqueiro de migalhas, aspirante a emprego de soldado na vigilância municipal. Começou a orgia do empreguismo eleitoral.*¹⁷

A percepção de Azevedo Lima associava a taxaço do jogo com o financiamento do empreguismo, que funcionaria como base de consolidaço do Partido Autonomista. Dentro do próprio partido os diversos grupos passaram a disputar não apenas as vagas abertas a partir desta prática de financiamento, mas também as próprias arrecadações auferidas diretamente dos estabelecimentos de jogo. Isto abriria a possibilidade de montagem de uma rede de extorsão e de desvio de verbas para o financiamento ilícito de algumas redes de clientela. Movido por sérias suspeitas de que alguns elementos estariam empenhados nesta fraude sobre a arrecadaço, Átila Soares, presidente do diretório autonomista da Lagoa, convenceu Augusto Amaral Peixoto a promover uma investigação sobre a questão. Em janeiro de 1935 as suspeitas se confirmaram com um flagrante sobre um emissário de Jones Rocha que extorquia uma vultuosa quantia de uma banca de jogo-do-bicho. Acompanhado por um oficial de justiça ocorreu a autuação que foi encaminhada ao prefeito Pedro Ernesto que, contrariando as

¹⁷ LIMA, Azevedo. Reminiscências de um carcomido. Rio de Janeiro, Leo Editores, 1958. p.257.

expectativas, nada fez de concreto contra Rocha ou qualquer elemento a ele associado.¹⁸ O impacto de tal atitude por parte do prefeito levaria a perturbar profundamente uma das facções mais características do partido, a dos políticos associados com a imagem de “revolucionários”, constituída ao longo da década anterior. Agrupados em torno da liderança de Augusto Amaral Peixoto, era para estas forças políticas inconcebível a adoção de uma postura que aproximava-os das práticas “carcomidas”, que tanto haviam combatido. A própria identidade deste grupo, que apesar do diálogo com as antigas lideranças políticas da cidade preconizava um padrão político “regenerado”, distante dos vícios da política tradicional, estava então em questão, uma vez que o próprio prefeito, um ícone desta matriz, o “tenente-civil”, parecia acobertar atividades ilícitas. Segundo a interpretação do grupo, Pedro Ernesto favorecia abertamente alguns grupos políticos, permitindo que se praticasse no Rio de Janeiro toda a forma de “baixa politicagem”. Tal situação ainda se agrava pela presença de Jones Rocha neste arranjo, um político tido como “arrivista” e que era criticado por seus flertes com as lideranças operárias, tidos como demagógicos. Assim, devido a uma questão de nítido caráter clientelístico, um grande segmento do partido se indispunha com o prefeito e com vários setores da estrutura partidária, se caracterizando então como o primeiro grupo dissidente que, apesar de não deixar o partido, passaria a adotar uma postura mais crítica, como era perceptível nas manifestações de Augusto Amaral Peixoto em carta de maio de 1935 ao filho do prefeito, Odilon Baptista:

Quando denunciei a patifaria da fiscalização do jogo, a administração não foi tão zelosa quanto agora. Até hoje eu estou aguardando o inquérito que o Jones teatralmente solicitou! (...) Não acredito em coisa séria onde aparece o Jones Rocha. Elle é o responsável

¹⁸ Conforme consta dos depoimentos de Átila Soares e de Augusto Amaral Peixoto depositados no Setor de História Oral CPDOC/FGV e também no texto da carta de Augusto Amaral Peixoto a Odilon Baptista DOC PEB 35.05.27/2. CPDOC/FGV.

exclusivo pela política de empregos e de patifarias. Tu mesmo o accusaste. Os revolucionários protestavam e continuam protestando contra a acção desse homem. Elle levou teu pai a encobrir desonestidades. ¹⁹

Apesar de Amaral Peixoto não ter se utilizado do plenário da Câmara de Deputados para denunciar o episódio, a fissura provocada pelo entrechoque entre Peixoto e Rocha abria um flanco na administração municipal por onde viriam a penetrar ríspidas críticas, principalmente da parte do corpo de senadores da República. A partir do mês de agosto o senador Pires Rabelo, eleito pelo estado do Piauí, comandaria uma campanha sistemática contra o jogo na cidade do Rio de Janeiro. Amparado por uma cultura política que fora consolidada durante os anos de submissão e sujeição da Capital da República aos vetos do Senado, e que por conseguinte legitimava um discurso interventivo, Pires Rabelo denunciava a "praga do jogo" na Capital da República, com o nítido propósito de promover uma situação que provocasse qualquer tipo de intervenção federal no Distrito Federal:

A despeito da miserável ofensiva que contra mim possam fazer os milionários, donos das casas de tavolagem, sejam situadas nos subúrbios, na Lapa ou nas praias de Copacabana, desta tribuna, sr. Presidente, enquanto forças eu tiver, hei de dizer o que se pratica ali não é senão um desrespeito ao sr. ministro da justiça, um desafio ao seu chefe de polícia, um ultraje atirado ao procurador geral do Distrito Federal. ²⁰

O pronunciamento de Pires Rabelo, apoiado por outros senadores, e contra o qual não se levantariam as vozes dos representantes cariocas no Senado, Jones Rocha e Cesário de Melo, era uma nítida afronta e um risco à efetivação da autonomia do Distrito, na medida em que apontando para algumas mazelas administrativas, indicava a atuação do Executivo Federal como forma de solucionar o estado em que se encontrava a política da

¹⁹ Arquivo Pedro Ernesto - DOC PEB 35.05.27/2. CPDOC/FGV.

cidade. Muito além de uma discussão sobre a legalidade ou não da exploração das mesas de jogo, se punha em questão a legitimidade da administração autônoma na Capital da República. O desejo por uma intervenção federal correspondia a uma forma de trazer a política do Rio à antiga organização institucional que vigorara durante o primeiro período republicano, onde o espaço “turbulento” e “agitado” da capital era “pacificado” e “domesticado” pelas vias de intervenção do poder federal. Implícito nesta crítica encontramos já o patente temor em relação às experiências políticas e sociais do governo Pedro Ernesto, que poderiam provocar no espaço da Capital Federal um clima de tensão social e de incompatibilidade com o direcionamento federal. A solução apontada por Rabelo se assemelhava em muitos aspectos à articulada por Thiers Perissé em relação ao problema da Guarda Municipal, o que indica que nos meios políticos oposicionistas consolidavam-se os nítidos contornos de uma forma de se opor ao Partido Autonomista e ao governo Pedro Ernesto através da possibilidade de redução da autonomia do Distrito Federal e do reenquadramento da política carioca às injunções do intervencionismo federal.

Podemos observar estas discussões sobre as casas de jogo no Distrito Federal como indícios dos níveis de críticas formuladas sobre a prática política empreendida pelo prefeito e pelas principais lideranças autonomistas. Em um primeiro aspecto tais discussões apontam para a percepção, por parte dos políticos que se situavam em oposição, de que o Executivo Municipal carioca estruturava uma rede de cargos e serviços públicos à disposição das principais chefias que se arregimentavam em torno do Partido Autonomista. Embora em alguns momentos específicos elementos ligados ao partido manifestassem descontentamento em relação à “política de grupos” que Pedro Ernesto vinha conduzindo, estas críticas não chegaram a representar verdadeiras cisões intra-partidárias. A

²⁰ Anais do Senado Federal. Ano 1935. Vol. 5. p.30.

interpretação que podemos então formular associa esta permanência da coesão interna à capacidade praticamente ilimitada do prefeito da cidade em atender às demandas de ordem clientelística oriundas das diferentes lideranças incorporadas ao partido. O sentido básico do atendimento destas reivindicações está na própria lógica organizativa do partido, que buscava atrair o maior número de chefias políticas para o interior de sua estrutura, respeitando as redes de patronagem/clientela então estabelecidas e usufruindo destas como verdadeiras bases de sustentação do projeto político vinculado ao partido político assim constituído. Na medida em que as críticas à administração Pedro Ernesto associavam sua atuação, e a de seu partido, a um risco iminente para o governo federal, observamos a transposição deste nível inicial de críticas e a formulação de um padrão de oposição que procurava buscar na tradição política interventiva uma maneira de bloquear a ação do prefeito e de seu partido. O ingresso neste campo de críticas representava um sério risco para a continuidade da experiência autonomista, principalmente quando se passava sistematicamente a associar a situação política do Distrito com desvios da ordem constitucional, demandando desta forma uma intervenção federal para a superação destes problemas identificados. O processo de aprofundamento doutrinário da atuação do prefeito e a aproximação com as lideranças operárias reforçariam este vetor oposicionista, tornando cada vez mais presente a ameaça de intervenção federal. Porém, diferentemente das críticas de caráter clientelístico, estas novas discussões polarizariam o debate radicalmente, manifestando claramente as defecções internas no partido agravadas pelos novos rumos assumidos pelo direcionamento preconizado por Pedro Ernesto. Estavam então explicitadas os vetores básicos de desestruturação do partido autonomista: disputas clientelísticas que não pudessem ser apaziguadas pela criação e ampliação das “máquinas políticas” e cisões provocadas pela tentativa de definição do perfil ideológico e programático do partido.

A Câmara Municipal do Distrito Federal seria o espaço de onde se profeririam as mais contundentes manifestações contrárias ao direcionamento ideológico que o governo municipal ia gradativamente assumindo. Ao longo do ano de 1935 observamos uma grande quantidade de discursos e debates que tomaram lugar no plenário da casa legislativa que versavam sobre o perfil doutrinário da direção que Pedro Ernesto impunha ao governo municipal e ao Partido Autonomista. A importância que a Câmara assumiria pode ser explicada por ser ela o principal *locus* através do qual se manifestavam os diferentes grupos políticos cariocas. O projeto autonomista previa exatamente esta forma de atuação dos grupos políticos no espaço municipal, na medida em que, com a autonomia do Distrito Federal, o Legislativo Municipal assumia fundamental importância e seria o espaço de atuação privilegiada dos grupos políticos que atuavam na cidade. Durante a legislatura 1935-1936, com a preponderância absoluta de políticos eleitos pela legenda autonomista, a atuação dos representantes dos grupos políticos cariocas era marcada por uma discussão que privilegiava sobremaneira os assuntos internos da cidade. Quando não se debatia a atuação do Executivo Municipal, os vereadores defendiam os interesses das regiões que representavam suas bases eleitorais, fazendo reivindicações como calçamento de ruas e iluminação de vias públicas. Por representar uma cultura política fortemente marcada pelo cosmopolitismo, os vereadores cariocas também se mostravam atentos às questões nacionais, como a discussão em torno da Lei de Segurança Nacional e as articulações envolvendo candidaturas à sucessão de Vargas. Mas, a tônica da maioria dos assuntos discutidos era da esfera dos interesses inerentes à cidade do Rio de Janeiro, e dentre estes ganha destaque um questionamento constante da atuação do prefeito, principalmente no que se referia a definição de uma linha de atuação que privilegiava a aproximação com as massas urbanas e com intelectuais e militantes associados com uma tendência

esquerdizante na vida política brasileira. Tanto políticos eleitos pelo Partido Democrático-Economista, como os próprios integrantes da bancada majoritária do Partido Autonomista, teriam oportunidade, através do plenário da Câmara Municipal, de manifestar sua posição em relação à discussão em torno do perfil ideológico que a administração Pedro Ernesto consolidava e que, conseqüentemente, o Partido Autonomista deveria seguir. Esta discussão serve-nos para uma investigação do nível das críticas provenientes das forças atuantes no campo político carioca em relação a questão ideológica subjacente à estruturação do Partido Autonomista e fornece alguns indícios de como esta definição ideológica mais precisa viria contribuir para a desestruturação mais profunda dos alicerces de sustentação do partido.

Caberia a um político de oposição instaurar o debate em torno do caráter que Pedro Ernesto estaria procurando imprimir ao Partido Autonomista e sobre o possível futuro na legenda. Alberico de Moraes, eleito pela legenda Democrático-Economista, em seu primeiro discurso na Câmara Municipal chamaria a atenção para os principais pontos do discurso de posse do prefeito, o conhecido “discurso da sacada”, vendo nele um verdadeiro programa político que diferia completamente do programa inicial autonomista. Com um nítido desprezo pelas idéias do prefeito, Moraes classificava a carreira de Pedro Ernesto como uma “aberração”, por não ter o prefeito percorrido os vários cargos eletivos e, conseqüentemente, não ter completado aquilo que denominava de “maturação política”. Além desta visão que apresenta uma interpretação bastante elitista das funções políticas, pautada no processo de recrutamento, formação e seleção das elites políticas característico da fase da República Velha, Alberico de Moraes criticava a confusão de idéias presente no discurso de posse que ele insistiria em chamar de “programa político”, chamando a atenção para uma postura mais voltada à esquerda, diferentemente do programa original do partido

pelo qual Pedro Ernesto se elegera vereador e posteriormente prefeito. Seu discurso traria ainda uma clara provocação à bancada do partido de Pedro Ernesto:

VV. EEX. estão defendendo o programma do partido que os elegeu, e estão, ao mesmo tempo acceitando o programma do prefeito, programma que S. Ex. não pode ter, porque é uma autoridade que prestou juramentos de obediência e respeito à Constituição Federal e à Lei Orgânica do Distrito Federal, e não podia desviar-se desses compromissos! Por conseguinte, o Partido Autonomista está em opposição às suas próprias idéias e programma, os quaes, um e outros serviram para que o eleitorado accorresse às urnas e trouxesse VV.EEX. para esta Câmara. ²¹

O discurso de Alberico de Moraes suscitaria as mais distintas reações da bancada autonomista. Alguns, como Frederico Trotta, defenderiam abertamente o direcionamento do governo para uma postura "socialista" ²²; já a maioria seguiria o exemplo de Caldeira de Alvarenga, que defenderia a atuação do prefeito mas evitaria falar da questão programática, revelando uma completa confusão entre os partidários de Pedro Ernesto em relação ao perfil ideológico por ele intentado.²³ Mas o clima de questionamento e polêmica em torno desta definição do perfil ideológico não cessaria rapidamente, e seria posteriormente retomado pelo oposicionista Heitor Beltrão, que uma vez mais associaria a ação do prefeito com uma guinada brusca rumo à esquerda:

O que estranho é que diante das reclamações e compromissos com que o Partido Autonomista se tenha apresentado ao eleitorado, em 1934, possa, agora abalar de corrida para a esquerda, sem nova consulta a esse eleitorado. ²⁴

²¹ Annaes da Câmara Municipal do Distrito Federal. Volume maio 1935. pp.71-72.

²² Idem p. 73.

²³ Idem. pp.71-73.

²⁴ Idem. pp.308.

A discussão ficaria ainda mais acirrada com o pronunciamento do vereador autonomista Átila Soares, que passaria a apoiar Beltrão, concordando com as principais acusações do político de oposição, principalmente no que tangia às contratações de elementos ligados à militância comunista para os quadros da Universidade do Distrito Federal. O debate atingiria seu ápice com a provocação direta de Beltrão ao presidente da casa, o cônego Olympio de Melo, questionando-o se "V. Exa. permanece no partido? Não acha que o partido se afastou da batina de V. Exa.?"²⁵. A resposta do cônego, embora reticente, seria enfática na medida em que procurava dissociar o partido das relações com comunistas: "Não fui eleito por nenhum partido comunista".²⁵

Apesar de alguns juramentos de fidelidade a Pedro Ernesto, encontravam-se poucos vereadores dispostos a apresentar uma defesa coerente dos chamados "princípios esquerdizantes" que estariam norteando a linha de atuação do prefeito. Mais do que a perspicácia dos políticos opositores de levantar o tema da definição ideológica, esta postura aparentemente atabalhoada por parte dos vereadores autonomistas nos remete para a percepção de uma clara falta de coesão em torno do projeto político do prefeito e, conseqüentemente, uma indefinição no que se relacionava a uma discussão mais aprofundada das diretrizes doutrinárias a serem implantadas na administração pública do Distrito Federal. Porém, o crescente mal-estar dos políticos do partido com os rumos que Pedro Ernesto estava tomando era nítido. Desde que o prefeito cedera o teatro João Caetano para a realização do congresso de lançamento da Aliança Nacional Libertadora em março de 1935²⁶, ficara no ar uma crescente inquietação com a questão da aproximação de Pedro Ernesto em relação às lideranças comunistas, problema que se agravaria com a criação da

²⁵ Idem. pp.306-308.

²⁶ DULLES, John W. Foster. Carlos Lacerda: a vida de um lutador. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992. pp. 43-44.

União Trabalhista do Distrito Federal. Tais fatores, que representavam uma tentativa de Pedro Ernesto aproximar-se de setores marginalizados da cena política, foram prontamente interpretados por alguns setores do Partido Autonomista como uma traição às bases originárias da organização e como um esboço da nova trajetória a que estaria se dirigindo o prefeito carioca. Augusto Amaral Peixoto, que já alinhava pontos de desacordo devido à problemas de ordem clientelística com Pedro Ernesto, romperia definitivamente com o prefeito e, embora ainda permanecesse filiado ao partido, não daria apoio às decisões do Executivo Municipal. Segundo sua interpretação, expressa em carta:

Compreendí que a União (Trabalhista) era a célula da futura organização que deveria substituir o autonomista. Combati essa maneira de explorar a credulidade dos nossos operários. Na Constituinte defendi com ardor e intransigência as reivindicações justas dos trabalhadores. Tenho como melhor testemunho a própria bancada trabalhista, inclusive os elementos do operariado como Vasco de Toledo e o Acyr Medeiros. Revoltame agora assistir pseudo socialistas, indivíduos que não conhecem sequer as necessidades dos trabalhadores, arregimentando as massas para conduzi-las por maus caminhos. ²⁷

Esta percepção, manifesta por uma das lideranças autonomistas mais significativas, fornece-nos claros sinais de que o eixo de coalizão interna do partido estava seriamente comprometido, fraturado. Augusto Amaral Peixoto, que fora um dos fundadores da organização, declarava o seu rompimento com o prefeito principalmente devido à percepção de que mudanças radicais estavam se processando no interior do Partido Autonomista, transformações estas que demarcariam uma nítida alteração do perfil programático e institucional desta organização. Este vetor de críticas, talvez o mais contundente dentre aqueles anteriormente formulados, por se direcionar explicitamente ao

²⁷ Carta de Augusto Amaral Peixoto a Odilon Baptista - Arquivo Pedro Ernesto - DOC PEB 35.05.27/2 - CPDOC/FGV.

questionamento da própria estrutura do partido, deve ser detidamente considerado na compreensão do processo de desestruturação autonomista que ora abordamos. Analisando a trajetória organizacional do partido, suas propostas e sua estruturação interna de poderes, poderemos perceber com mais clareza o sentido desta matriz de críticas, explicitada pela veemência de Amaral Peixoto, que apontava para as próprias contradições internas da organização como elemento de desagregação das lideranças que anteriormente se articulavam em torno da figura do prefeito e do seu partido.

Planejado inicialmente como um partido que visava agregar as lideranças políticas do Distrito Federal em torno de um programa político formulado de acordo com a tradição tenentista, o Partido Autonomista se definia, em um primeiro nível de análise, como uma frente eleitoral capaz de conduzir à Assembléia Nacional Constituinte elementos comprometidos com a defesa dos princípios “outubristas” no processo de elaboração da nova carta constitucional brasileira. A proposta básica do partido, voltada em direção à vida política da cidade do Rio de Janeiro, era a de situar-se como eixo norteador de seu campo político. Isto era possibilitado no contexto da futura autonomia do Distrito, que abriria um maior espaço de atuação para as forças políticas locais, havendo portanto uma necessidade de recomposição entre estas lideranças, configurando assim o padrão de relações a serem estabelecidas. Situando-se em estreita proximidade com o então interventor federal na capital, Pedro Ernesto, o partido definia-se como um vetor de inter-relação entre as forças políticas da cidade e o chefe do Executivo Municipal, o que deve ser entendido como o eixo a partir do qual se viabilizaria o controle da circulação e a ordenação do capital político no interior do campo político carioca. Tendo como elemento atrativo esta possibilidade de situar-se em posições favoráveis e hierarquicamente superiores no rearranjo deste campo, as chefias e lideranças políticas da cidade passaram a

gradativamente buscar o eixo agregador do partido, estabelecendo assim elos relacionais com a estrutura político-administrativa da prefeitura, mantenedora das grandes “máquinas políticas” da cidade.

A consolidação deste eixo hegemônico no interior do capital político daria um perfil mais bem definido ao partido, onde era perceptível o ingresso crescente de elementos atuantes no campo carioca e, conseqüentemente, a saída dos notáveis “fundadores” identificados com a matriz tenentista. Desta maneira a idéia de um programa básico, que fora um dos fatores iniciais que definiam a lógica de atuação do partido, perderia a sua consistência dando lugar à articulação de forças locais em torno de uma proposta eficaz de coesão que poderia vir a redefinir a estrutura hierárquica do campo. Este fator ainda era agravado pela conclusão dos trabalhos constituintes, fazendo com que a missão inicial do partido atingisse sua finalidade. Embora pudesse se esperar que o partido criado com o propósito de representar alguns interesses específicos no plenário da Assembléia Nacional viesse a se fragmentar e a se desmobilizar após o encerramento das atividades da constituinte, a proposta de reorganização do campo político carioca mostrava-se capaz de sustentar esta estrutura partidária, percepção esta que levaria o interventor Pedro Ernesto a pensar no partido como uma efetiva base de sustentação política para as suas propostas renovadoras. Perdia o partido, portanto, o seu delineamento associado à consolidação de uma matriz política tenentista (conforme analisamos no segundo capítulo) e assumia claramente uma definição mais identificada com as tensões e injunções inerentes ao campo político da cidade, tornando-se assim um partido com características marcadamente locais, representativas da cultura política carioca e da lógica organizacional de sua vida política.

Esta primeira transformação observada não representava, contudo, uma alteração profunda nas estruturas do partido. Explicitava-se apenas, desta maneira, a

consubstanciação do projeto político implícito na proposta inicial da frente autonomista. Conforme destacamos no segundo capítulo deste trabalho, o Partido Autonomista pode ser caracterizado em sua fase inicial como um clássico exemplo dos partidos de quadros conforme os definiu Maurice Duverger. Agregando grupos políticos, lideranças influentes sobre a composição do eleitorado carioca, o partido estabelecia uma base sólida para a consolidação de sua posição hegemônica no campo político da capital da República. Se a definição inicial de uma frente pró-outubrismo havia se decomposto, a consolidação de um perfil marcadamente local, voltado para a lógica imanente ao campo, se cristalizava a partir do próprio alargamento do leque de lideranças que passaram a apoiar e a usufruir das estruturas do partido e das facilidades de acesso aos bens e serviços públicos facultados pelo Executivo Municipal. Porém, a gradativa aproximação de Pedro Ernesto com os movimentos operários e populares impeliu a estrutura partidária em novas direções, forçando-a a acomodar um novo contingente político, o que representaria uma drástica reconfiguração de suas estruturas internas de coesão. O projeto político e social do prefeito preconizava a assimilação das massas ao processo político, o que levaria a uma marcante aproximação com os vetores organizativos operários e com lideranças populares, mas que também resultaria em uma forte oposição dos setores tradicionais agregados ao partido. Em vista desta resistência, Pedro Ernesto teve de viabilizar vias alternativas de incorporação política destes novos setores, seja através da Liga Eleitoral Proletária (LEP), seja pela criação da organização denominada União Trabalhista do Distrito Federal (UTDF).

Embora a documentação relativa à União Trabalhista seja muito esparsa, havendo apenas o seu discurso-programa de fundação e algumas notícias publicadas em periódicos, pode se perceber a lógica organizativa desta a partir da observação da adesão de líderes operários à União e o processo de filiação de trabalhadores urbanos e funcionários

públicos. Construía-se assim no Distrito Federal a experiência de um partido trabalhista de massas, marcado por uma ampla base de filiados e por um processo mais participativo destes no interior da organização. Distinguia-se radicalmente a UTDF do conceito norteador do Partido Autonomista do Distrito Federal, que relacionava-se com as massas somente na perspectiva de contingente eleitoral conformador das suas bases de apoio político. Conforme Augusto Amaral Peixoto havia manifestado, a União Trabalhista era a gênese de um novo modelo de partido político, essencialmente distinto em estrutura e propostas do Autonomista, que viria a servir de instrumento efetivo de mediação entre o prefeito e as massas urbanas. A própria necessidade de criação desta organização pode ser compreendida a partir da flagrante resistência dos grupos políticos integrados ao Partido Autonomista à incorporação de lideranças trabalhistas às esferas decisórias do partido (conforme discutimos no capítulo anterior), o que teria direcionado o prefeito às tentativas de vias paralelas de arregimentação e negociação com este contingente emergente no campo político. A ambigüidade partidária seria um processo de acomodação entre as forças visando o estabelecimento de uma forma de equilíbrio entre estes agentes em uma perspectiva futura. Este itinerário estava perfeitamente definido nas propostas de Pedro Ernesto, que chegaria a manifestar sua disposição ao presidente Getúlio Vargas:

No domingo estive aqui o interventor do Distrito. O pleito eleitoral considerado liquido. Leu-me um programa político de natureza técnica que pretende lançar como base de um novo partido, ou antes, de transformação do Partido Autonomista. ²⁸

Este programa técnico nada mais seria que a base da nova plataforma partidária elaborada por Pedro Ernesto e que tantas controvérsias havia causado nos debates iniciais

que tiveram lugar no plenário da Câmara Municipal do Distrito Federal. O abandono do programa inicial, de matriz marcadamente autoritária, tributário da cristalização dos vetores básicos das propostas tenentistas no seio do Clube 3 de Outubro, não teria representado um ponto em torno do qual se esboçassem divergências por parte das forças políticas incorporadas ao Partido Autonomista, mas a adoção de uma plataforma nova, essencialmente balizada por um direcionamento priorizado às massas, causaria estranhamento e geraria indisposições entre os políticos vinculados ao eixo partidário autonomista. Luis Aranha, que havia se destacado por sua habilidade em negociar diretamente com as tradicionais lideranças cariocas, e que desta maneira havia contribuído para a consolidação das bases de apoio do partido, manifestaria, em conversa reservada com o presidente Vargas, sua apreensão em relação à reconfiguração programática que o prefeito então alinhavava para a organização partidária:

Compareceu, fora das audiências, o Lulu Aranha (...) alarmado com um pretendido discurso de fundo comunista que, segundo lhe consta, Pedro Ernesto iria pronunciar na ocasião da posse. ²⁹

Para além de meras alterações na composição dos quadros autonomistas ou na redistribuição do capital político no interior de sua estrutura e, conseqüentemente, do campo político carioca, Pedro Ernesto esboçava a proposta de uma alteração mais profunda, uma verdadeira transformação completa na perspectiva organizacional e programática do partido. Este processo, de fundamental importância para a compreensão da trajetória do Partido Autonomista e das injunções inerentes à dinâmica do campo político carioca, requer uma maior atenção em sua avaliação, demandando novos referenciais e instrumental

²⁸ VARGAS, Getúlio. Diário. Rio de Janeiro, Siciliano/FGV, 1995. V.I p. 357.

analíticos. O trabalho do cientista político italiano Angelo Panebianco sobre a estrutura organizacional dos partidos políticos apresenta algumas reflexões que se aprofundam na temática do processo de transformação vivenciado pelas organizações partidárias. Panebianco, que dialoga com os clássicos da literatura acadêmica sobre o tema como Michels, Ostrogorski e o próprio Duverger, procura construir um modelo geral de compreensão das características estruturais dos partidos políticos, tentando estabelecer um novo vetor interpretativo sobre este objeto. Ao privilegiar as relações estabelecidas entre os diferentes componentes no interior das estruturas partidárias, o autor em questão define os momentos de “câmbio estrutural” como os pontos privilegiados para a percepção das características básicas destes partidos, buscando também um modelo de compreensão deste processo que possa contribuir para o enriquecimento da tradição marcadamente reducionista que grassa no território das ciências sociais e políticas sobre tal fenômeno inerente às estruturas partidárias. Desta maneira, recorreremos a algumas reflexões de Angelo Panebianco como forma de abordar esta problemática específica com a qual nos deparamos no decorrer desta investigação.

Inicialmente devemos ressaltar que o processo de transformação nos partidos políticos transcende a alguns esquemas interpretativos, que ao privilegiar um único vetor como definidor da mudança, perde de vista a complexidade e a dinâmica característica destas alterações. Panebianco alinhava alguns comentários sobre o assunto que gostaríamos de sintetizar, como forma de melhor definir a perspectiva de análise que faremos incidir sobre o caso do Partido Autonomista. A mudança organizacional em um partido político jamais deve ser entendida através de uma perspectiva “evolucionista”, que compreenda uma organização partidária quase como um organismo vivo que necessariamente se

²⁹ Idem. p. 376.

desenvolverá em direção a formas mais complexas de organização interna. As transformações observadas nas estruturas internas dos partidos estão determinadas pelas alterações que se produzem nas alianças internas que conformam este partido, estabelecidas entre os diferentes atores que tomam parte em suas estruturas organizativas. Portanto, o sentido de uma transformação jamais obedecerá uma pretensa “lógica imanente” ao processo, não podendo ser estabelecido *a priori*. Não existe um caminho obrigatório a ser percorrido por todos os partidos políticos. As trajetórias são decorrentes da própria dinâmica interna destas organizações, que podem encaminhar-se rumo a estruturas mais complexas ou não. Da mesma maneira, a noção de projeto implícita nos processos de transformação jamais deve ser entendida como um vetor unidirecional, na medida em que as transformações nos partidos são o resultado do choque entre decisões deliberadas, submetidas ao condicionante da racionalidade limitada dos atores, e as chamadas “pressões anônimas”, como a resistência à mudança, que interagem produzindo tanto inovações pretendidas e previstas quanto resultados completamente inesperados. Finalmente, deve-se ressaltar na compreensão dos processos de transformação uma relação dialética estabelecida entre estímulos internos e externos de mudança. Desta forma, o estímulo externo, exógeno, funciona como um catalisador do processo de transformação da estrutura de poder no partido, cujas pré-condições, no entanto, já existiam na inter-relação das forças internas. Se não ocorrer o estímulo oriundo das tensões conjunturais, assim como o dos condicionamentos endógenos, a mudança na estrutura organizacional do partido de fato não virá a se efetivar, demonstrando que tal processo se viabiliza a partir de uma negociação interna que vise responder alterações profundas verificadas no contexto social do período histórico.³⁰ Conforme a sintetizou Panebianco, a transformação estrutural é portanto uma

³⁰ PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid, Alianza Editorial, 1995. pp.

alteração radical na composição do partido, indicativa das injunções conjunturais, dos projetos compartilhados e do padrão de relações estabelecidas em seu interior:

Un cambio de orden organizativo es un cambio en la configuración de la coalición dominante del partido. Un cambio del orden organizativo sólo puede considerarse tal, si modifica la relación entre los grupos que existen en la organización. Es decir, cuando altera el reparto existente en cuanto al control de los incentivos y reestructura los juegos de poder, tanto verticales (los intercambios entre la élite y los seguidores) como - dado que son interdependientes - horizontales (los intercambios entre las distintas élites).³¹

Esta mudança organizativa implica, portanto, na alteração do grau de coesão dos liames relacionais no interior do partido, na reconfiguração do mapa de poder desta organização e, conseqüentemente, na desestabilização, ainda que temporária, de sua estrutura. Podemos considerar o processo vivenciado pelo Partido Autonomista como o de uma transformação radical de sua estrutura organizacional, processo este que orientava-se pelo vetor que pretendia conduzir o partido de um modelo de organização partidária de quadros em direção a um partido de massas. Nesta perspectiva o projeto de Pedro Ernesto, que fora formulado de acordo com as alterações presenciadas no seio da sociedade brasileira, e que tentava adequar o partido às novas necessidades de uma política marcadamente de massas, encontrararia sérias resistências no interior do Partido Autonomista, redefinindo o sentido da transformação. O possível ingresso de lideranças trabalhistas na composição de forças que conformavam a estrutura do partido implicava em uma redefinição de seu pacto interno de relações estabelecidas, demandando uma recomposição dos padrões relacionais, alterando assim o seu mapa de forças e a estrutura

448-453.

³¹ PANEBIANCO, Angelo. *Op. Cit.* p. 454.

de coesão destas em seu interior. A dificuldade em negociar esta transformação do partido com as lideranças políticas agregadas conduziu à opção alternativa de criação de uma organização paralela, que pudesse gradativamente suplantar a estrutura anterior e possivelmente assimilá-la ao novo modelo de partido, conforme temia Augusto Amaral Peixoto. Esta postura era viável principalmente devido ao baixo grau de institucionalização interna do Partido Autonomista, condicionante básico desta alteração:

*Una vez que se dan las circunstancias que propician aquella transformación, ésta será tanto más rápida cuanto más bajo sea el nivel de institucionalización alcanzado por el partido en el periodo anterior. Por el contrario, cuanto más alto sea el nivel de institucionalización, más instrumentos tendrá el partido para resistir las presiones que lo empujan a transformarse.*³²

Esta observação sobre o processo de recomposição das bases de apoio ao projeto político e social de Pedro Ernesto, analisadas a partir deste referencial teórico, nos permite estabelecer algumas considerações sobre a estrutura do Partido Autonomista e sobre a dinâmica do campo político carioca. Em termos gerais, a possibilidade de formulação desta proposta de redefinição estrutural e programática do partido estava intimamente associada às alterações percebidas na sociedade brasileira do período. Se levarmos em conta o perfil sócio-econômico do Distrito Federal, então o maior centro urbano do país, podemos perceber que a um crescimento das atividades econômicas urbanas correspondia uma ampliação do contingente populacional, conformando assim o perfil destas massas urbanas. A percepção política do prefeito carioca ia de encontro à necessidade de se estabelecer vínculos formais com este segmento, procurando viabilizar a sua ascensão social e política, tendo em perspectiva o controle sobre o processo de

participação política destes setores. O Partido Autonomista, construído enquanto um vetor de coesão das forças estabelecidas no campo político carioca, não tinha em sua estrutura interna condições de promover a assimilação destas novas forças sem que com isto tivesse de se redefinir completamente o padrão interno de inter-relações. Isto resultaria em duas ordens de problemas em potencial: a dificuldade de se promover uma redistribuição do capital político no interior do partido, materializado no acesso às chamadas “máquinas políticas”, e a resistência explícita a um novo perfil programático, visto por alguns setores como de matriz marcadamente “comunista”. Configuravam-se assim as tensões que terminariam por provocar as cisões definitivas na estrutura do partido, as chamadas questões clientelísticas e as de cunho ideológico.

A tentativa de Pedro Ernesto em buscar, através de uma estrutura alternativa, uma possibilidade de montagem da organização trabalhista de massas a qual se propunha, explicita a percepção de que era baseado em seu capital político consolidado que o prefeito então agia politicamente, ousando mesmo estes novos arranjos. O carisma pessoal e a possibilidade de controle, por parte do prefeito, do processo de distribuição deste capital no interior do campo, faziam com que em torno de sua figura se agregasse uma maior concentração deste quantum. Supunha então que a sua ação política estava avalizada por este capital acumulado, o que lhe propiciaria alterar os eixos estruturantes do campo político da cidade. Porém, a perspectiva de interferência federal e a própria dinâmica das forças em atuação, que então passaram a buscar novas formas de organização e hierarquização deste campo (mesmo que para isto tivessem de recorrer ao vetor interventivo), impunham limites à atuação política de Pedro Ernesto. Para além da percepção dos limites do equilíbrio interno da estrutura partidária autonomista, esta

³² PANEBIANCO, Angelo. *Op. Cit.* p. 493.

tentativa de transformação nos fornece subsídios para a compreensão de determinadas especificidades deste campo. A consolidação das redes de patronagem/clientela como base de atuação das forças políticas da cidade impunha uma lógica ao campo político que privilegiava o atendimento das demandas relacionadas com este setor. A disputa pelo acúmulo de capital político, que em última instância viabilizava a manutenção destas redes pelas lideranças políticas locais, significava a própria possibilidade de sobrevivência política destes setores. Quando viam em risco o acesso a este capital, buscavam outras formas de estruturação do campo de maneira a garantir o acesso a estas “máquinas políticas”. Tradicionalmente balizado pelas perspectivas de intervenção federal e autonomia, a indefinição quanto aos pólos de gravitação deste campo político levaria a um constante trânsito entre os dois extremos, o que representaria a busca por formas de se garantir a sobrevivência política das bases sustentatórias das forças políticas em atuação. Se anteriormente pudemos afirmar que a luta pela autonomia era a própria luta pela manutenção do funcionamento do campo político, uma opção pela intervenção pode ser, neste momento, compreendida como uma limitação da esfera de atuação no interior do campo em troca da garantia de sobrevivência política de alguns setores. O direcionamento de propostas pró-interventivas é entendido como uma nova tentativa de arranjo do campo onde, conscientes dos limites impostos pela intervenção federal, algumas lideranças tentavam imediatamente estreitar laços que pudessem lhes garantir futuramente o acesso ao eixo de distribuição do capital político. O perigo da radicalização ideológica, que estava implícito nos discursos do período, configuravam um cenário claro dos limites de atuação do prefeito, o que condicionaria a sua trajetória e as próprias opções das forças políticas cariocas.